

Conclusões

No âmbito dos vários painéis que integraram o XXX Fórum AICEP das Comunicações Lusófonas 2023, subordinado ao tema “2030: AICEP@1Gbps”, resultaram importantes conclusões que importa, sumariamente, destacar.

Desde logo, do Painel “**Segurança das Comunicações**” resultou:

- A importância da colaboração e consciencialização: a segurança das comunicações eletrónicas é uma responsabilidade partilhada entre operadores de telecomunicações, fornecedores de serviços, governos e utilizadores finais. A colaboração entre todas as partes interessadas é essencial para combater as ameaças cibernéticas e garantir um ambiente digital seguro. Além disso, a consciencialização sobre os riscos e a adoção de práticas de segurança eficazes são fundamentais para a prevenção de incidentes e a proteção das comunicações.
- A necessidade de investimento contínuo em tecnologias e práticas de segurança: com a rápida evolução das ameaças cibernéticas e o surgimento de novas tecnologias, como 5G e IoT, é imperativo que as organizações invistam continuamente em soluções de segurança avançadas e práticas eficazes de gestão de riscos. Isto inclui a implementação de criptografia robusta, mecanismos de autenticação e controle de acesso, bem como a atualização constante de sistemas e infraestruturas para enfrentar as vulnerabilidades emergentes.
- Legislação e regulamentação como facilitadores da segurança: leis e regulamentações, como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), na União Europeia, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no Brasil, e outras leis de privacidade e proteção de dados, desempenham um papel crucial na promoção da segurança das comunicações eletrónicas. Estas legislações incentivam as organizações a adotarem práticas de segurança rigorosas e responsabilizam-nas por garantir a proteção dos dados e a privacidade dos utilizadores. Neste contexto, é fundamental que

as organizações estejam em conformidade com as regulamentações relevantes e trabalhem em conjunto com as autoridades reguladoras para melhorar a segurança e a confidencialidade das comunicações eletrónicas.

Do Painel **“O Cockpit do CEO: As Nações Digitais”** resultou muito sucintamente que:

- O Cockpit do CEO é um sistema concebido para pilotar a empresa, vocacionado para a interação com o meio envolvente, podendo ser descrito, no fundo, como um GPS, composto por vários módulos que se interligam e complementam, tendo o módulo apresentado sido a Agenda do CEO, no âmbito da qual assumem prioridade estratégica:
 - a organização, a sua reputação e a tendência inevitável na simplificação e aumento da sua eficiência, por forma ser ágil.
 - A regulação e o contrato social a substituir a regulação clássica, passando-se de uma abordagem local e de curto prazo para uma abordagem global e de médio prazo, tendendo os reguladores a tornarem-se multissetoriais e também com competências específicas da concorrência.
 - As pessoas, ecossistema este em grande mudança, destacando-se a gestão de talento, a liderança, a gestão, a performance, a humanização do trabalho e o seu futuro e a inteligência artificial.
- Sobre as Nações Digitais, o paradigma mudou: de países desenvolvidos e países em desenvolvimento para nações digitais e nações não digitais, sendo as primeiras absolutamente necessárias para competir a nível global e assumindo particular destaque o lado humano e ético da internet, o modo como comunicamos e nos conectamos com os outros e com o mundo.
- O grande desafio é a soberania digital dos países, evidenciando o grau de autonomia e dependência de cada país, ao nível das infraestruturas, inovação, segurança, proteção de dados, privacidade e sustentabilidade.

Do Painel “O Futuro das Redes”, resultou que:

- Vivemos um momento tecnológico excepcional, com grandes oportunidades e desafios, em que as telecomunicações e as suas redes são protagonistas, mas devem enfrentar vários tipos de desafios, desde logo:
 - Tecnológicos: a concorrência e a necessidade de inovação exigem a incorporação permanente das melhores tecnologias de conectividade (fibra ótica, 5G, IoT), às quais se juntam a necessidade de automatização (SDN, NFV, *Telco Cloud*) para ganhar eficiência e as novas tecnologias fundacionais (IA, *Blockchain*, *big Data*) para manter a eficácia e a relevância.
 - Financeiros: estas exigências de investimento em tecnologias, inovação e novos produtos são extremamente elevadas. E a este esforço financeiro junta-se a necessidade de investir no crescimento do negócio, na transformação digital e na concorrência com novos agentes, como os *hyperscalers* e os OTT. Nessa base, é necessário investir anualmente em Capex até 30% das receitas, o que não permite aos operadores gerar os meios necessários para rentabilizar a sua operação e remunerar adequadamente os seus acionistas.
 - Estruturais e de Exploração: nesta base, para sustentar a operação, os operadores têm duas alternativas estratégicas: as fusões (modelo de “integração vertical”, que prevalece na América e na Ásia) ou a venda de ativos de rede e infraestruturais como torres, redes ou DC (“desintegração horizontal”, que prevalece na Europa), o que lhes permite concentrar-se no seu negócio *core* de retalho. Cada modelo tem as suas vantagens e inconvenientes.
- A separação das redes abre a via a uma nova estrutura setorial, um novo ecossistema, com empresas neutrais que só se dedicam a alugar a suas infraestruturas (“infracos”) e operadores grossistas puros (“netcos”), que aliviam os operadores tradicionais de uma boa parte dos pesados investimentos referidos anteriormente.

- Este modelo poderá ser o mais eficaz para o desenvolvimento do setor na maior parte dos países africanos; mas, para funcionar, é preciso criar um quadro institucional, legal e regulatório que atraia o investimento necessário.
- Não existe uma fórmula ganhadora única e cada país e cada operador deverá escolher o seu caminho em função da estratégia política, a estrutura atual do mercado, a sua geografia e a capacidade de atrair investimento, entre outras variáveis.

E, finalmente, do Painel **“Internacionalização: o que está a mudar”** resultou **que:**

- A internacionalização no sector das Comunicações é atualmente um dos pilares essenciais na sustentabilidade da operação dos principais operadores de telecomunicações, uma vez que beneficiam dos efeitos de escala e diversificação de ofertas/geografias para proteger níveis de rentabilidade cada vez mais estreita derivado dos elevados níveis de Capex que a concorrência global cada vez mais impõe (exemplos: Vodafone, Altice, Orange).
- A internacionalização já não é orientada no sentido “países maduros → países em desenvolvimento”, mas sim respondendo a princípios de oferta segmentada e capacidade de atuação com um foco geográfico continental. Temos atualmente operadores de Comunicações com matriz e forte predominância Continental, como sejam os casos da América do Sul, Ásia e África (exemplos: Vodacom, MTN, Multichoice). Paralelamente podem-se observar exemplos de serviços/ofertas/tecnologias em que a maturidade de adoção nestas geografias ditas “em desenvolvimento” é maior do que no “hemisfério Norte” (exemplo: Mobile Money).
- A internacionalização está atualmente a acompanhar o processo de “unbundling” do sector. Os operadores tradicionais equacionam os seus processos de *Carve-Out* da infraestrutura recorrendo a parceiros globais que têm capacidade, foco e cada vez mais escala para a gestão dos diferentes tipos de ativos. A criação destes novos ecossistemas deverá ter por base a

criação de “players” internacionais que partilham risco, capital, conhecimento e inovação tecnológica (exemplos: IHS, VantageTowers, Cellnex, Helios).

- A internacionalização é um dos principais fatores de causa/consequência da nova economia digital, que acelerou a desagregação da cadeia de valor. Por esse motivo não podemos hoje falar apenas do efeito da internacionalização no segmento dos operadores de serviços tradicionais de voz/dados, nem de infraestrutura de conectividade de comunicações. Em toda a cadeia de TMT há uma tendência para se procurar os benefícios dos “players” cada vez mais globais. Temos inúmeros exemplos a nível de Conteúdos (Netflix, Meta, Amazon), Tecnologia (Microsoft, SAP, Salesforce), CloudProviders (AWS, GCS, Azure) e até nos Serviços Postais/Entrega (DHL, Uber, etc.).
- Sendo cada vez mais global, a agenda da internacionalização é hoje dirigida pela aposta em parcerias locais como forma de capitalizar o conhecimento da realidade de cada país e região. As entidades governamentais e os principais “players” e operadores nacionais apostam no estabelecimento de parcerias com entidades internacionais/globais ao longo de toda a cadeia de valor (infraestrutura de conectividade, marca/oferta, conteúdos, tecnologias, etc.), no sentido de (i) adaptar regras e regulamentos de supervisão; (ii) acelerar a curva de maturidade/conhecimento/inovação; (iii) ter acesso a “fontes de financiamento credenciado” e (iv) diferenciar rapidamente o seu posicionamento face à concorrência.